

CRR-SECRETARIA-EXECUTIVA C. A ASS EMERGENCIAL

Estudo Técnico Preliminar 27/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 60301.000008/2026-51

2. Descrição da necessidade**Aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis****Contextualização Institucional**

2.1. Operação Acolhida é a resposta humanitária coordenada pelo Governo Federal do Brasil ao fluxo migratório de venezuelanos em situação de vulnerabilidade. Instituída pela Lei nº 13.684, de 2018 e pelo Decreto nº 9.285, de 2018, configura-se como ação interinstitucional que envolve diversos ministérios, as Forças Armadas, governos estaduais e municipais, organismos internacionais (como ACNUR e OIM) e a sociedade civil.

2.2. A missão da Operação Acolhida organiza-se em três eixos fundamentais:

2.2.1. Ordenar: corresponde ao primeiro ato de acolhimento, no qual a pessoa recém-chegada é atendida, documentada e tem assegurado o acesso a direitos básicos. Trata-se da etapa inicial

do percurso para o pleno exercício da cidadania;

2.2.2. Acolher: consiste na oferta de abrigo temporário e de condições dignas de permanência, com oportunidades e atendimento necessário para o início da vida no país; e

2.2.3. Interiorizar e Integrar: dá sequência à jornada. A interiorização constitui a ponte para um futuro com mais oportunidades, viabilizando o deslocamento para outras localidades do território nacional e favorecendo a construção de um novo projeto de vida.

2.3. Desde 2018, a Operação Acolhida possibilitou a interiorização de mais de 150 mil venezuelanos para municípios de todos os estados brasileiros, promovendo sua integração e garantindo maior efetividade das políticas de assistência social, trabalho e cidadania. Esse contingente representa a ampliação da diversidade cultural e a incorporação de novos talentos e histórias de superação ao tecido social brasileiro, resultado direto do eixo de interiorização.

2.4. No contexto das ações humanitárias desenvolvidas pela Força-Tarefa Logística Humanitária – Operação Acolhida, identifica-se a necessidade de aquisição de materiais destinados à manutenção de bens imóveis, abrangendo itens de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, a serem empregados na conservação, reparo e aprimoramento das instalações administrativas, operacionais, abrigos e demais estruturas sob responsabilidade da operação. Tal medida tem por finalidade assegurar condições adequadas de uso, segurança, funcionalidade e durabilidade das edificações, especialmente em áreas de circulação, atendimento, segurança patrimonial e atividades logísticas, contribuindo para a proteção da vida, da integridade física das pessoas e para a preservação do patrimônio público, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, previstos no art. 37 da Constituição Federal.

2.5. Dessa forma, a aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis configura-se como medida preventiva essencial para a mitigação de riscos operacionais, contribuindo para a segurança de militares, servidores, colaboradores e do público atendido, além de assegurar a regularidade e a continuidade das atividades da Operação Acolhida. A medida reduz a probabilidade de acidentes decorrentes de falhas estruturais, desgastes naturais, problemas elétricos, hidráulicos e de conservação predial, promove a conformidade das atividades com as exigências legais e normativas aplicáveis e reforça o compromisso da Administração com a boa gestão dos recursos públicos e com a proteção da vida.

3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. O presente Estudo trata da aquisição de materiais destinados à manutenção de bens imóveis, abrangendo itens de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, conforme detalhamento no Anexo A. Todos os itens são classificados como **BENS COMUNS**, nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, pois possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos e amplamente praticados no mercado. Não se enquadram como bens de luxo, conforme Art. 20 da referida Lei.

3.2. A contratação possui natureza **NÃO CONTINUADA**, configurando-se como compra imediata ou para entrega parcelada de bens de consumo, sem a necessidade de prestação de serviço contínuo. A vigência será de 12 (doze) meses, visando atender às demandas de conservação, reparo e aprimoramento das instalações administrativas, abrigos e estruturas sob responsabilidade desta Operação.

3.3. Não será realizada a indicação de marcas ou modelos específicos, nem haverá vedação a produtos determinados, em observância ao princípio da competitividade. Serão desconsideradas apenas as propostas que não atenderem às exigências mínimas constantes nas especificações técnicas.

3.4. Tendo em vista tratar-se de materiais de baixa complexidade técnica, **não será exigida a apresentação de amostras físicas**. No entanto, para fins de conferência técnica, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá anexar à proposta catálogos, fotografias ou documentos informativos (data sheets) que detalhem as características e instruções de uso dos itens oferecidos.

3.5. Os materiais devem atender rigorosamente às normas técnicas da **ABNT** e, onde aplicável, aos regulamentos do **Inmetro** e demais órgãos reguladores. Isso assegura que os insumos de serralheria, elétrica e hidráulica ofereçam a durabilidade e segurança necessárias para as estruturas da Operação.

3.6. Nos termos do art. 19, II, da Lei nº 14.133/2021, informa-se que esta contratação não utilizará o Catálogo Eletrônico de Padronização, uma vez que os itens específicos para manutenção predial pretendidos ainda não constam no referido catálogo oficial até a presente data.

3.7. Não haverá exigência de garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. Tal decisão fundamenta-se no fato de o objeto consistir em bens comuns de pronta entrega e ampla disponibilidade. Trata-se de contratação de baixo risco e natureza não continuada, onde a exigência de garantia poderia restringir a competitividade e elevar os custos administrativos sem um benefício proporcional à segurança da Administração.

3.8. Não será admitida a subcontratação do objeto. Da mesma forma, não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, visto que os materiais não possuem alta complexidade ou fornecimento exclusivo, podendo ser entregues por diversos distribuidores e revendedores.

3.9. Cabe a fornecedora:

3.9.1. No caso específico do fornecimento de materiais para manutenção de bens imóveis, abrangendo itens de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, os requisitos mínimos são os seguintes:

3.9.1.1. Como requisito elementar, os bens deverão ser novos e entregues acondicionados adequadamente em suas embalagens originais lacradas, quando aplicável, e deverão, comprovadamente, estar em fase normal de produção /fabricação, não sendo aceitos materiais descontinuados ou fora de linha de produção do fabricante. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e utilização, incluindo, quando couber, a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, fichas técnicas, instruções de uso e demais informações pertinentes.

3.9.1.2. Os bens demandam uma logística de média a alta complexidade no seu deslocamento, considerando a diversidade de itens e volumes, cujos custos de entrega até o local determinado pelo contratante devem estar inclusos no preço dos produtos.

3.9.1.3. Periodicidade e logística de entrega: Demanda eventual com entrega imediata e integral. O fornecimento deverá ocorrer no almoxarifado da Operação Acolhida, situado à Av. Capitão Ene Garcez, 1037, Mecejana, Boa Vista-RR, 6º BEC, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis contados do recebimento da Nota de Empenho pela licitante, condicionado à apresentação da documentação fiscal e de regularidade exigida pela Lei nº 14.133/2021.

3.9.2. Observar as normas de qualidade, segurança e desempenho aplicáveis aos objetos da demanda.

3.9.2.1. Os materiais deverão atender integralmente às normas técnicas aplicáveis a cada categoria (serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica), observando os padrões estabelecidos pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações pertinentes, devendo ser compatíveis com as especificações das instalações às quais se destinam, quanto a dimensões, resistência, capacidade, tipo de aplicação e demais requisitos técnicos exigidos para seu adequado funcionamento.

3.9.2.2. Os materiais e equipamentos que possuam regulamentação específica deverão apresentar certificação compulsória válida, quando aplicável, emitida pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO), em conformidade com a legislação vigente, contendo selo de conformidade legível e dentro do prazo de validade, atendendo aos requisitos de segurança, qualidade e desempenho estabelecidos pelo órgão regulador.

3.9.2.3. Os materiais deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, não reconicionados ou reutilizados, com data de fabricação recente, quando aplicável, e em perfeitas condições de conservação, sem quaisquer avarias, defeitos de fabricação ou danos que comprometam sua integridade, segurança, eficiência ou durabilidade.

3.9.2.4. Os materiais deverão estar adequados às exigências de segurança, desempenho e qualidade previstas nas normas técnicas nacionais aplicáveis às atividades de manutenção predial, possibilitando sua utilização segura e eficiente nas instalações administrativas, operacionais e abrigos sob responsabilidade da Administração.

3.9.2.5. Os itens fornecidos deverão garantir condições adequadas de segurança, confiabilidade e desempenho, não apresentando defeitos de fabricação, falhas de funcionamento ou qualquer condição que comprometa sua eficácia ou coloque em risco usuários, instalações e equipamentos da Administração.

3.10. Tais requisitos asseguram que o objeto contratado seja entregue em conformidade com os padrões técnicos e legais exigidos, promovendo a economicidade, a eficiência logística e a qualidade dos serviços prestados no âmbito da Operação Acolhida.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Seção de Planejamento de Contratações - UGE	CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAÚJO - CAPITÃO TENENTE (MB)

5. Levantamento de Mercado

5.1. Conforme o art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado para o fornecimento de materiais de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica. O objetivo foi identificar a solução que assegure a continuidade das atividades de conservação, reparo e aprimoramento das instalações administrativas, operacionais e abrigos da Operação Acolhida em Roraima, tendo sido encontradas as seguintes possibilidades:

5.2. Solução A – Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona). Consiste na utilização de atas de registro de preços vigentes de outros órgãos da Administração Pública que contemplem itens de manutenção predial.

5.2.1. Vantagens: Celeridade no processo de contratação e redução do esforço administrativo de realizar um certame próprio.

5.2.2. Desvantagens: Limitação pela disponibilidade de atas que atendam integralmente às especificações técnicas e condições logísticas específicas de Roraima. Há dependência da anuência do órgão gerenciador e do saldo remanescente, o que pode não suprir a demanda total da Operação.

5.3. Solução B – Contratação Direta (Dispensa de Licitação): Adoção do rito de dispensa em razão do valor, nos termos do Art. 75 da Lei nº 14.133/2021, para aquisições pontuais.

5.3.1. Vantagens: Extrema rapidez na aquisição e baixa complexidade processual para necessidades imediatas e de pequeno vulto.

5.3.2. Desvantagens: Inadequada para o planejamento global de manutenção da Operação, pois pode acarretar fragmentação de despesas. Não garante economia de escala e possui limites financeiros restritos que podem ser ultrapassados devido à diversidade de itens (elétrica, hidráulica, alvenaria, etc.).

5.4. Solução C – Pregão Eletrônico para Sistema de Registro de Preços (Solução Escolhida): Realização de licitação própria para registro de preços visando a aquisição de bens de consumo de natureza não continuada, conforme a necessidade de reposição programada.

5.4.1. Vantagens: É a solução mais vantajosa pois oferece maior autonomia administrativa e previsibilidade orçamentária. Permite a padronização técnica dos materiais conforme as estruturas existentes nos abrigos e instalações, garantindo a disponibilidade imediata dos insumos sob demanda. Proporciona maior controle de qualidade e economia de escala pela ampla competitividade do pregão.

5.4.2. Desvantagens: Exige maior esforço inicial de planejamento na fase interna e prazos regulamentares mais longos para a conclusão do certame em comparação às demais alternativas.

5.5. Verificou-se que os materiais objeto deste Estudo Técnico Preliminar são amplamente adquiridos por órgãos e entidades da Administração Pública em todas as esferas, havendo expressiva disponibilidade de empresas aptas ao fornecimento dos itens, em conformidade com os requisitos técnicos e legais estabelecidos, evidenciando que se trata de demanda comum e consolidada no mercado, não apresentando grau elevado de complexidade técnica ou restrição à oferta de fornecedores.

5.6. Dessa forma, a necessidade de instauração de novo processo de contratação não decorre de ausência de oferta no mercado, mas da necessidade específica de assegurar o fornecimento contínuo e adequado de materiais serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica para atender às atividades administrativas, operacionais e logísticas da Operação Acolhida. O levantamento de mercado confirma a existência de fornecedores aptos e soluções compatíveis com os requisitos definidos, demonstrando a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. Nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a solução adotada compreende o conjunto integrado de elementos necessários para atender à demanda de manutenção predial, abrangendo a aquisição de materiais de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, além dos mecanismos de planejamento e fiscalização que asseguram a conservação das estruturas da Operação Acolhida.

6.2. Após análise das particularidades da demanda e do levantamento de mercado, identificou-se como a solução mais adequada a SOLUÇÃO C – Realização de Pregão Eletrônico com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), com critério de julgamento por menor preço por item. Esta escolha fundamenta-se na natureza padronizada dos insumos e na necessidade de uma estratégia que permita aquisições fracionadas e sob demanda.

6.3. Justificativa da Vantajosidade e Soberania Logística: A Solução C foi definida como a mais eficaz por permitir que a Administração realize a reposição programada dos materiais sem a obrigatoriedade de desembolso imediato de todo o orçamento previsto. Tal modelo garante:

6.3.1. Flexibilidade Operacional com aquisições realizadas conforme o surgimento de avarias, evitando estoques excessivos de itens de baixa rotatividade.

6.3.2. Economicidade e Competitividade uma vez que o julgamento por item amplia a participação de fornecedores especializados, evitando a concentração de mercado e assegurando propostas mais vantajosas.

6.3.3. Manutenção da Soberania Logística, garantido a FT Log Hum em Roraima o controle sobre o fluxo de suprimentos, assegurando que os insumos estejam disponíveis de forma tempestiva para intervenções imediatas.

6.4. Viabilidade Técnica e Conformidade: A solução apresenta elevada viabilidade técnica, uma vez que os materiais são bens comuns, amplamente disponíveis no mercado e em conformidade com as normas da ABNT e Inmetro. Sob o aspecto operacional, garante agilidade no atendimento das demandas de manutenção predial, marcadas pelo uso intensivo das instalações da Operação e pela necessidade permanente de conservação.

6.5. Conclusão da Solução: Dessa forma, a Solução C demonstra-se tecnicamente adequada, economicamente vantajosa e juridicamente segura, atendendo plenamente aos objetivos institucionais da Operação Acolhida e às exigências da Lei nº 14.133/2021. O modelo adotado permite que a Administração atenda de maneira eficiente às particularidades da missão humanitária, assegurando continuidade, conformidade legal e a otimização dos recursos públicos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Acerca da análise da compatibilidade entre a demanda prevista e os quantitativos estimados para cada item, com o objetivo de evitar aditivos contratuais desnecessários ou a necessidade de instauração de novo procedimento licitatório, com consequente perda de economia de escala, registra-se que a relação dos itens, suas respectivas descrições técnicas e os quantitativos estimados encontram-se detalhadamente discriminados nos termos da tabela constante no Anexo A (Relação de Itens).

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.963.582,40

8.1. Para a presente contratação, a pesquisa de preços foi realizada por meio da Plataforma Pesquisa de Preços do Compras.Gov, em conformidade com o Art. 5º da IN SEGES nº 65 de 7 de julho de 2021.

8.2. A estimativa pormenorizada do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, constam no documento denominado “Relatório da Pesquisa de Preços” e “Mapa Comparativo de Preços”, sob o mesmo número de processo.

8.3. Com base na pesquisa realizada por esta equipe, verificou-se o valor estimado da referida contratação, a fim de levantar o eventual gasto com a solução escolhida de modo a avaliar a viabilidade econômica da opção.

8.4. Com base nas referências obtidas, o valor estimado total da contratação é de R\$ 2.963.582,40 (Dois milhões, novecentos e sessenta e três mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quarenta centavos), correspondendo ao custo projetado para a aquisição dos itens necessários à Operação.

8.5. Prezando-se pela transparência e estímulo à competição, não se visualizando riscos de conluio, cartelização ou distorção de propostas em mercados altamente concentrado, ou sujeito a forte assimetria informacional, para esta contratação, optou-se pelo caráter **NÃO SIGILOSO** do orçamento estimado.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. No caso específico da aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis em estrita observância aos princípios da Lei nº 14.133/2021, pela contratação por item único, de modo a permitir a adjudicação do item, sem agrupamento em lotes, em razão das seguintes justificativas:

9.1.1. Ampliação da competitividade: A contratação por item único assegura simplicidade ao procedimento, maior clareza na definição do objeto e facilidade na gestão contratual, sem prejuízo à competitividade, uma vez que o mercado dispõe de diversos fornecedores aptos a atender à demanda;

9.1.2. Flexibilidade de contratação: Tal estratégia permite à Administração obter proposta mais vantajosa, garantindo o atendimento integral às normas técnicas e de segurança aplicáveis aos materiais, sem complexidade desnecessária na execução contratual; e

9.1.3. Vantajosidade econômica: Dessa forma, a opção adotada encontra respaldo nos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, mostrando-se adequada à natureza do objeto e à necessidade administrativa identificada.

9.2. Dessa forma, embora se reconheçam eventuais ganhos operacionais decorrentes de uma contratação agrupada, a equipe de planejamento conclui que o parcelamento com adjudicação por item representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, por conciliar economicidade, eficiência logística, mitigação de riscos e regularidade no fornecimento dos Equipamentos de Proteção Individual, em estrita observância aos princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não se faz necessária a realização de contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A contratação encontra-se prevista e compatibilizada com os instrumentos orçamentários vigentes, assegurando a alocação de recursos financeiros para sua execução. Essa aderência garante que a solução proposta contribua diretamente para o alcance das metas definidas no âmbito federal, fortalecendo a continuidade e a eficiência das atividades desenvolvidas pelos três eixos da Operação Acolhida.

11.2. A presente contratação está alinhada com o planejado no Plano de Contratações Anual da UGE que está em execução, conforme detalhamento a seguir:

11.2.1. ID PCA no PNCP: 03277610000125-0-000004/2026;

11.2.2. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

11.2.3. Id do item no PCA: 72;

11.2.4. Classe/Grupo: 9999 - ITENS DIVERSOS; e

11.5.5. Identificador da Futura Contratação: 110794-16/2026.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A presente aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis proporcionará benefícios diretos e imediatos à execução das atividades desenvolvidas no âmbito da Operação Acolhida, dentre os quais destacam-se:

12.1.1. O fortalecimento das condições de segurança, funcionalidade e conservação das instalações sob responsabilidade da Operação Acolhida, por meio da manutenção adequada das estruturas prediais, abrangendo serviços de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, garantindo condições adequadas de uso em áreas de circulação, atendimento, segurança patrimonial e atividades logísticas, reduzindo riscos de acidentes, danos ao patrimônio público e interrupções nas atividades administrativas, logísticas e operacionais;

12.1.2. A adequação das atividades às normas técnicas e regulamentares aplicáveis à manutenção predial e às instalações civis, elétricas e hidráulicas, contribuindo para o cumprimento das exigências legais vigentes, evitando riscos operacionais, responsabilizações administrativas e prejuízos à continuidade das ações humanitárias; e

12.1.3. Benefícios diretos e indiretos em termos de eficiência, economicidade e gestão de riscos, ao assegurar a disponibilidade de materiais essenciais para a manutenção dos bens imóveis, promovendo ambientes mais seguros, redução

de falhas estruturais e operacionais, além de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros da Administração.

12.2. Esses benefícios reforçam a relevância da contratação para a continuidade das ações da Operação Acolhida e para a prestação de um serviço público eficiente, econômico e de elevado impacto social, garantindo condições adequadas de segurança, conservação e funcionamento das instalações sob responsabilidade da Força-Tarefa.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Para a presente contratação, que visa à aquisição de materiais para manutenção de bens imóveis no âmbito da Operação Acolhida, as providências identificadas incluem:

13.1.1. Previsão e reserva orçamentária, assegurando a disponibilidade de recursos financeiros compatíveis com a execução da contratação, em consonância com o planejamento institucional e as prioridades da Operação;

13.1.2. Elaboração e aprovação do Termo de Referência e da minuta de edital, definindo os parâmetros de qualidade, requisitos técnicos e as legislações aplicáveis aos materiais de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, prazos de entrega e critérios de fiscalização;

13.1.3. Planejamento e designação da equipe de gestão e fiscalização contratual, com capacitação prévia para acompanhamento da execução, aplicação de sanções e controle de conformidade;

13.1.4. Adequação de fluxos internos de recebimento e distribuição, envolvendo setores de logística, controle de estoque e conferência;

13.2. Essas providências asseguram que a Administração esteja plenamente preparada para a execução da contratação, garantindo diretamente e indiretamente na eficiência das ações humanitárias da Operação Acolhida.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observadas, sempre que aplicáveis, as seguintes diretrizes, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01/2010 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU:

14.1.1. Materiais sustentáveis e ciclo de vida – Os materiais destinados à manutenção de bens imóveis deverão apresentar elevada durabilidade, resistência e desempenho adequado às condições de uso, de modo a ampliar seu ciclo de vida útil e reduzir a necessidade de substituições frequentes. Sempre que disponível no mercado, deverão ser priorizados produtos que apresentem melhor desempenho, maior vida útil e que sejam fabricados com materiais recicláveis ou passíveis de reaproveitamento ao final de sua utilização. Além disso, deverá ser observada, quando aplicável, a possibilidade de destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, incluindo sobras de materiais, embalagens e componentes, preferencialmente por meio de práticas de reutilização, reciclagem ou logística reversa, em conformidade com a legislação ambiental vigente.

14.1.1.1. Deverão ser observados os princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), incentivando práticas de produção mais limpa, redução de desperdícios e uso racional de recursos naturais.

14.1.2. Certificações e normas técnicas – Os materiais destinados à manutenção de bens imóveis, abrangendo itens de serralheria, alvenaria, elétrica, pintura e hidráulica, deverão estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e demais regulamentações aplicáveis, especialmente no que se refere à segurança, qualidade, desempenho, resistência e durabilidade. Os produtos deverão atender às exigências estabelecidas pelos órgãos reguladores competentes, devendo possuir certificação válida quando exigida pela legislação vigente, bem como observar padrões técnicos mínimos compatíveis com sua aplicação, garantindo seu adequado funcionamento e segurança nas instalações.

14.1.2.1. Será obrigatória a certificação compulsória dos materiais e equipamentos sujeitos à regulamentação específica pelo INMETRO, devendo os produtos apresentar selo de conformidade válido, quando aplicável. Poderão

ser aceitas certificações adicionais emitidas por organismos acreditados, que atestem qualidade, segurança, durabilidade e adoção de práticas de fabricação ambientalmente responsáveis, como sistemas de gestão ambiental certificados (ex.: ISO 14001 ou equivalente), quando aplicável.

14.1.3. Conformidade do fabricante ou fornecedor – Os fabricantes nacionais ou importadores dos materiais destinados à manutenção de bens imóveis deverão estar devidamente regularizados junto aos órgãos competentes, responsabilizando-se pela qualidade, conformidade técnica e atendimento às exigências normativas aplicáveis aos produtos fornecidos.

14.1.3.1. Os materiais deverão ser fornecidos acompanhados de informações técnicas em língua portuguesa, quando aplicável, contendo orientações claras sobre especificações do produto, condições adequadas de armazenamento, instruções de utilização e aplicação, limitações de uso, bem como recomendações para descarte ambientalmente adequado ao final de sua vida útil, em conformidade com as normas ambientais e de segurança pertinentes.

14.1.4. Embalagens sustentáveis – O acondicionamento dos materiais deverá ser realizado de forma a garantir sua integridade durante o transporte e armazenamento, utilizando embalagens recicláveis ou de baixo impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável. Deverá ser dada preferência a embalagens reutilizáveis ou produzidas com materiais recicláveis, contribuindo para a redução da geração de resíduos sólidos e para a adoção de práticas alinhadas aos princípios da sustentabilidade ambiental.

14.1.5. Produção e descarte ambientalmente adequados – Deverão ser priorizados fornecedores que adotem processos produtivos de menor impacto ambiental, com redução de resíduos, emissões e consumo de recursos naturais. O descarte de materiais inservíveis deverá observar as exigências legais de destinação ambientalmente adequada, preferencialmente por meio de reciclagem, logística reversa ou reaproveitamento de materiais, conforme previsto na Lei nº 12.305/2010 e nas normas ambientais vigentes. Materiais danificados ou fora de uso deverão ser destinados conforme a classificação de resíduos aplicável, assegurando a correta coleta, tratamento e, quando possível, reciclagem.

14.1.5.1. Os fabricantes e fornecedores deverão possuir programas de gestão ambiental e responsabilidade socioambiental, bem como comprovar, quando aplicável, o cumprimento de metas de sustentabilidade e logística reversa.

14.1.6. Origem e transporte – Recomenda-se a preferência por fornecedores nacionais ou regionais, de forma a reduzir impactos ambientais decorrentes do transporte e fomentar o desenvolvimento local sustentável, conforme diretrizes do art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (AGU).

15. Diretrizes do Certame

15.1. Adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP)

15.1.1. A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) encontra amparo nos arts. 82 a 86 da Lei nº 14.133, de 2021, e é regulamentada pelo Decreto nº 11.462, de 2023. 6.2. O SRP é um procedimento que permite o registro formal de preços relativos à prestação de serviços, obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras, mediante licitação nas modalidades pregão ou concorrência, ou contratação direta.

15.1.2. O SRP proporciona maior agilidade e eficiência aos processos de contratação, otimizando a gestão de estoques, reduzindo custos operacionais e garantindo a padronização de bens e serviços. Além disso, permite que a Administração realize contratações de forma mais flexível, conforme a demanda real, sem a necessidade de instaurar um novo processo licitatório a cada aquisição ou contratação, contribuindo para a economicidade e a racionalização dos recursos públicos.

15.1.3. Para esta contratação, optou-se pela **ADOÇÃO** do Sistema de Registro de Preços, em razão de:

15.1.3.1. Necessidade de contratações permanentes ou frequentes do objeto;

15.1.3.2. Conveniência de aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida; e

15.1.3.3. Impossibilidade de definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, em virtude do fluxo migratório.

15.1.4. A temporariedade da Secretaria-Executiva de Coordenação de Ações de Assistência Emergencial (SECAAE) reforça essa escolha, uma vez que o SRP vincula apenas por demanda efetiva, evitando compromissos de fornecimento contínuo além da vigência institucional, além de possibilitar uma desmobilização ordenada caso a estrutura seja extinta ou não prorrogada.

15.2. Possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)

15.2.1. A adesão à Ata de Registro de Preços (ARP) por órgãos ou entidades não participantes, conhecida como 'carona', é um mecanismo previsto no art. 86 da Lei nº 14.133, de 2021 e detalhado no Capítulo VI do Decreto nº 11.462, de 2023.

15.2.2. Este dispositivo permite que órgãos e entidades que não participaram do processo licitatório original possam utilizar os preços registrados na ARP, desde que:

15.2.2.1. Haja justificativa da vantagem da adesão, inclusive em casos de provável desabastecimento ou risco de descontinuidade do serviço público;

15.2.2.2. Se comprove a compatibilidade dos preços registrados com os valores de mercado, em observância ao art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

15.2.2.3. Exista anuência do órgão gerenciador e aceite do fornecedor.

15.2.3. Para esta contratação, optou-se por **POSSIBILITAR** a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades da Administração Pública não participantes (caronas), nos termos do **Art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, em razão dos seguintes fundamentos:

15.2.3.1. A permissão para adesão potencializa o ganho de escala, atraindo fornecedores com maior capacidade logística e produtiva, o que tende a resultar em preços mais vantajosos tanto para a Operação Acolhida quanto para os órgãos aderentes, em estrita observância ao princípio da economicidade.

15.2.3.2. Os materiais de manutenção predial (elétrica, hidráulica, serralheria, etc.) possuem especificações técnicas padronizadas e comuns no mercado. Ao permitir a adesão, a Administração compartilha o esforço de planejamento já realizado, evitando a duplicação de processos licitatórios idênticos em outros órgãos e otimizando os recursos públicos globais.

15.2.3.3. A possibilidade de adesão fortalece a cooperação entre diferentes esferas da Administração Pública, permitindo que outros órgãos, especialmente aqueles que atuam em regiões remotas ou em contextos de apoio à missão humanitária, possam adquirir insumos essenciais de forma célere e segura.

15.2.3.4. A gestão das adesões observará rigorosamente os limites quantitativos estabelecidos no **§ 4º e § 5º do Art. 86 da Lei nº 14.133/2021**, garantindo que as autorizações de "carona" não prejudiquem o fornecimento destinado à Operação Acolhida nem extrapolem o dobro do quantitativo registrado na Ata para cada item.

15.2.3.5. A autorização para adesão ficará condicionada à comprovação, pelo fornecedor, da viabilidade do fornecimento sem prejuízo das obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador, mitigando riscos de desabastecimento ou sobrecarga logística.

15.3. Vedação de participação de consórcios

15.3.1. O art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021 admite, como regra, a participação de empresas em consórcio, cabendo à Administração avaliar a pertinência de sua aplicação em cada certame. O Manual de Licitações e Contratos do TCU (2024) reforça que a fase preparatória deve conter a motivação acerca da possibilidade ou não de consórcios (art. 18, IX), sendo a vedação medida excepcional, que exige fundamentação técnica e proporcionalidade.

15.3.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de consórcios, em razão de:

15.3.2.1. Ampliação da competitividade e da disputa, uma vez que a possibilidade de consórcios pode atrair empresas de menor porte ou com experiência setorial limitada, que isoladamente não atenderiam integralmente às exigências técnicas, mas que, em associação, podem apresentar propostas competitivas;

15.3.2.2. Aproveitamento de especializações complementares, pois o objeto, embora padronizado, pode envolver aspectos logísticos, sanitários e de fornecimento em escala. A atuação conjunta de empresas consorciadas pode

possibilitar a reunião de expertises distintas, elevando a capacidade de execução contratual, com ganho em qualidade e confiabilidade do fornecimento;

15.3.2.3. Mitigação de riscos de inexecução, à medida que a formação de consórcios permite que os consorciados compartilhem recursos técnicos, operacionais e financeiros, diluindo riscos e reduzindo a probabilidade de inexecução contratual.

15.3.3. Para garantir a eficiência administrativa, deverão ser observadas as seguintes condições:

15.3.3.1. Responsabilidade solidária entre os consorciados durante toda a execução contratual (art. 15, §1º, Lei nº 14.133, de 2021);

15.3.3.2. Exigência de indicação da empresa líder, responsável pela interlocução com a Administração; e;

15.3.3.3. Definição clara, no edital, das responsabilidades técnicas e da comprovação de habilitação mínima por cada consorciado.

15.4. Vedação de participação de cooperativas

15.4.1. A participação de cooperativas em licitações públicas é admitida pelo art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que observados requisitos específicos para preservar a natureza jurídica e os princípios do cooperativismo.

15.4.2. Para esta contratação, optou-se pela **NÃO VEDAÇÃO** de participação de cooperativas, em razão de:

15.4.2.1. Compatibilidade do objeto com a estrutura cooperativista, uma vez que o objeto da contratação não envolve serviços de natureza personalíssima nem atividades que pressuponham vínculo de subordinação direta, características que inviabilizariam a participação de cooperativas. Ao contrário, trata-se de objeto cuja execução pode ser desempenhada de forma organizada e coletiva, em regime de autogestão, respeitando a autonomia dos cooperados;

15.4.2.2. Fomento à competitividade e inclusão social, pois a admissão de cooperativas amplia o universo de potenciais licitantes, fomentando a competitividade e permitindo a participação de entidades que desempenham relevante papel social e econômico, especialmente em contextos de políticas públicas voltadas ao trabalho coletivo.

15.4.2.3. Mitigação de riscos mediante requisitos de habilitação, à medida que a participação será condicionada ao cumprimento integral das exigências legais, incluindo comprovação de regularidade trabalhista, previdenciária e fiscal, e demonstração de capacidade técnica e econômico-financeira compatíveis. Dessa forma, evitam-se riscos de desvirtuamento da relação de trabalho e assegura-se que os cooperados atuarão de acordo com as normas aplicáveis.

15.4.3. A possibilidade de participação de cooperativas está alinhada ao art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, que admite essa forma associativa desde que respeitados os limites legais, e não configura afronta à competitividade ou à isonomia. Ao contrário, trata-se de medida que promove a ampliação do mercado de fornecedores, preserva a legalidade e favorece o alcance da proposta mais vantajosa para a Administração.

15.5. Tratamento diferenciado para ME e EPP

15.5.1. O tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte (ME/EPP) nas contratações públicas é um imperativo constitucional (art. 170, inciso IX, da Constituição Federal) e legal, regulamentado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e reiterado pelo art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

15.5.2. Este tratamento visa a promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito local e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação.

15.5.3. Para esta contratação, optou-se pelo **TRATAMENTO DIFERENCIADO** para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), nos termos da legislação vigente, em razão de:

15.5.3.1. Após análise técnica e estudo de mercado, verificou-se a viabilidade de aplicação do tratamento favorecido de forma seletiva, considerando o valor estimado dos itens, nos seguintes termos:

- Os itens com valor estimado de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão destinados exclusivamente à participação de Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em conformidade com o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006;
- Para os itens com valor estimado superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), não será aplicada a reserva de cotas, tendo em vista que a divisão do objeto não se mostra vantajosa para a Administração.

15.5.3.2. A não adoção de cotas para os itens de maior valor fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- A divisão em cotas comprometeria a economia de escala, podendo elevar o custo global da contratação;
- A pulverização da execução entre múltiplos fornecedores aumentaria a complexidade administrativa, demandando maior esforço de fiscalização e gestão contratual;
- O objeto licitado possui características que exigem uniformidade e padronização, sendo prejudicada sua execução por diferentes fornecedores;
- A adoção de cotas poderia gerar riscos à continuidade e à qualidade do fornecimento, em razão da multiplicidade de contratados.

15.5.3.3. Dessa forma, a adoção do tratamento diferenciado de forma parcial atende aos princípios da economicidade, eficiência, competitividade e desenvolvimento nacional sustentável, assegurando, simultaneamente, o incentivo às micro e pequenas empresas e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15.5.4. A adoção deste tratamento encontra respaldo na legislação vigente e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU), que admite a aplicação do tratamento favorecido de forma motivada e compatível com as características do objeto, não configurando afronta à isonomia ou à competitividade.

15.6. Exigências de qualificação técnica

15.6.1. Para a presente contratação, optou-se pela EXIGÊNCIA de comprovação de qualificação técnica, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, especialmente em razão da natureza dos itens 02, 09, 37, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 50, 51, 52 e 58, os quais compreendem, dentre outros: inversores solares, transformadores trifásicos de distribuição, postes de concreto, cabos multiplexados, luminárias públicas, braços para iluminação pública, tubos de concreto e concreto usinado. Tais itens possuem relevância técnica significativa, impacto direto na segurança, durabilidade e continuidade dos serviços públicos, além de demandarem conformidade com normas técnicas específicas, justificando a exigência de qualificação técnica como medida indispensável à adequada execução contratual.

15.6.2. As exigências de qualificação técnica restringir-se-ão às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, conforme art. 67, §9º da Lei nº 14.133/2021, abrangendo, especialmente:

15.6.2.1. Fornecimento de equipamentos e materiais elétricos (inversores solares, transformadores, cabos e luminárias públicas), que exigem conformidade com normas da ABNT, certificações do INMETRO e, quando aplicável, homologação junto a concessionárias de energia elétrica;

15.6.2.2. Fornecimento de estruturas de concreto (postes, tubos e concreto usinado), que demandam controle tecnológico, rastreabilidade e atendimento a normas técnicas específicas de resistência, durabilidade e segurança estrutural.

15.6.2.3. Será admitido o somatório de atestados de capacidade técnica, bem como a apresentação de comprovações equivalentes, desde que aptas a demonstrar a experiência do licitante na execução de objetos compatíveis em características, quantidades e prazos.

15.6.3. As exigências estabelecidas não têm caráter restritivo, mas visam garantir que o futuro contratado detenha capacidade técnica compatível com a complexidade e criticidade dos itens, mitigando riscos de falhas, atrasos, fornecimento inadequado ou comprometimento da segurança das instalações.

15.6.4. Dessa forma, a exigência de qualificação técnica encontra-se devidamente fundamentada na Lei nº 14.133/2021, nas boas práticas estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e nos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, vantajosidade e mitigação de riscos, assegurando a seleção de fornecedores aptos a atender plenamente às necessidades da Administração.

15.7. Qualificação Econômico-Financeira

15.7.1. Para esta contratação, optou-se pela **EXIGÊNCIA** de comprovação de qualificação econômico-financeira de forma simplificada, considerando o vulto estimado da despesa e a natureza comum dos materiais de manutenção predial. A exigência visa assegurar que a licitante possua condições mínimas de honrar o fornecimento sem, contudo, criar barreiras desnecessárias à competitividade.

15.7.2. Em conformidade com o Art. 69 da Lei nº 14.133/2021, serão exigidos os seguintes documentos:

- **Certidão Negativa:** Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com o objetivo de atestar a viabilidade jurídica e operacional da empresa.
- **Balanco Patrimonial:** Apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, para comprovação da situação financeira da empresa (sendo facultada a sua substituição por balanço de abertura no caso de empresas constituídas há menos de um ano).
- **Índices de Solvência:** Comprovação da saúde financeira por meio de índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), de forma a demonstrar a capacidade de pagamento das obrigações, cujos parâmetros serão definidos no Edital de forma proporcional ao objeto.

15.7.3. Justificativa da Simplificação: A opção por requisitos menos rigorosos fundamenta-se no fato de o objeto consistir em bens de consumo comuns, amplamente disponíveis no mercado fornecedor local e nacional. Dado que a execução é de natureza não continuada e o risco de interrupção é mitigado pela existência de diversos players no mercado, a exigência de capitais sociais elevados ou garantias excessivas não se mostra proporcional, sendo suficiente a demonstração de solvência básica para garantir a segurança da Administração.

15.8. Margem de preferência

15.8.1. A margem de preferência, prevista no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021 e regulamentada pelo Decreto nº 11.890, de 2024, constitui instrumento de incentivo ao desenvolvimento nacional sustentável, aplicável exclusivamente a bens manufaturados e serviços nacionais, bem como a bens reciclados, recicláveis e biodegradáveis, desde que contemplados em listas oficiais da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável (CICS).

15.8.2. Atualmente, encontram-se beneficiados com margens de preferência, conforme a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 1, de 2024 e a Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 2024, entre outros:

15.8.2.1. Transformadores, conversores estáticos e carregadores de acumuladores (NCM 8504 e 85044010);

15.8.2.2. Acumuladores de íon de lítio (NCM 8507.60.00);

15.8.2.3. Veículos automotivos de transporte coletivo e chassis/carrosserias (NCM 8702, 8706, 8707);

15.8.2.4. Sistemas metroferroviários e componentes (NCM 8601 a 8608 e 90328930);

15.8.2.5. Locomotivas, locotratores, bogies e bissels de tração (NCM 8601, 8602, 8607.11.10);

15.8.2.6. Tratores (NCM 8701); e

15.8.2.7. Vacinas para uso humano e veterinário (NCM 3002.41 e 3002.42).

15.8.3. Para esta contratação, optou-se pelo **NÃO APLICAÇÃO** da margem de preferência, em razão do objeto contratual não se enquadrar em nenhum dos bens ou serviços listados nas resoluções vigentes, inexistindo, portanto, respaldo normativo para aplicação da margem de preferência neste certame.

15.8.4. Dessa forma, a não aplicação da margem de preferência está devidamente justificada na ausência de previsão normativa específica para o objeto e na necessidade de assegurar a ampla participação e a obtenção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a Lei nº 14.133, de 2021 e a jurisprudência do TCU.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

16.1. A contratação para aquisição de materiais destinados à manutenção de bens imóveis mostra-se plenamente viável sob os aspectos técnico, operacional e econômico, tendo em vista a ampla disponibilidade desses insumos no mercado fornecedor, a padronização dos produtos e a existência de múltiplos fabricantes e distribuidores aptos a atender à demanda da Administração. Do ponto de vista técnico, os itens possuem especificações bem definidas e são compatíveis com as necessidades de manutenção das instalações da Operação Acolhida, não havendo necessidade de soluções complexas para sua aplicação.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CARLOS AUGUSTO MEDEIROS DE ARAUJO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 17:42:03.

ANDRE LUIZ FRANCO DE SOUZA FILHO

Integrante Técnico



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 17:44:10.